



### Fórum Mineiro dos Comitês de Bacias Hidrográficas

## ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM MINEIRO DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

**Item 1. Credenciamento.** Aos treze dias do mês de Março de 2025, às 08h30, reuniram-se presencialmente no auditório do CREA-MG os conselheiros e convidados para a 1ª reunião ordinária do fórum mineiro de comitês de bacias hidrográficas. **Item 2. Abertura.** Foi feita abertura solene da 1ª reunião ordinária do FMCBH com a leitura da boas-vindas e confirmação das presenças dos CBH's representados no momento da reunião. Para a composição da mesa de abertura foram convidadas as seguintes autoridades: **Luiz Antônio Garcia (FMCBH); Marcelo da Fonseca (IGAM); Mauricio Scalon (FNCBH); Deputado Tito Torres (ALMG); e Marcos Vinicius Gervásio (CREA MG).** Após a composição da mesa foram dadas início às falas. Iniciando pelo Sr. Marcos Gervásio presidente do CREA MG que deu boas-vindas a todos os membros do FMCBH e desejou boa reunião. Sr. **Marcelo da Fonseca (IGAM)** deu boas-vindas ao grupo e destacou a importância do FMCBH dialogar e construir soluções para os CBH's do estado, falou ainda da importância do FMCBH para o estado de Minas Gerais e por fim desejou bom trabalho a todos. **Mauricio Scalon (FNCBH)** deu boas-vindas aos conselheiros, destacou algumas atividades que vem sendo desenvolvidas pelo FNCBH e destacou a importância do trabalho conjunto com o FMCBH para que a gestão de recursos hídricos possa acontecer em parceria e harmonia, por fim desejou uma boa reunião a todos com bons diálogos. Deputado **Tito Torres (ALMG)** cumprimentou a todos da mesa, e desejou bom trabalho a todos destacando que a ALMG está à disposição do FMCBH para novos encaminhamentos e conversas. Por fim o coordenador do FMCBH Sr. **Luiz Garcia (FMCBH)** deu boas-vindas a todos os membros, destacou a importância de estarmos unidos no mandato que se iniciava. Destacou que a gestão dele será aberta e colaborativa para todos os membros do FMCBH. Agradeceu o CREA pela sessão do espaço e desejou uma boa reunião. Ao fim destacou que a Secretária de Meio Ambiente do Estado estava a caminho, que não chegou para a abertura, mas que assim que ela chegasse iríamos abrir a palavra para ela. Desmontada a mesa de abertura iniciou-se a reunião conforme pauta previamente determinada. **Item 3. Verificação do quórum:** Estiveram presentes na reunião os seguintes conselheiros do FMCBH: Carlos Frederico Loiola (GD3), Stella Souza Guida (GD4), Renato de Oliveira Aguiar (GD5), José Edilberto da Silva Resende (GD6), Ronaldo Nunes da Silva e Tânia Cristina Teles (GD7), Hideraldo Buch (GD8), Débora Emília da Silva (SF1), Altino Rodrigues Neto (SF4), Poliana Aparecida Valgas de Carvalho (SF5), José Valter Alves e Laila Tupinambá Mota (SF6), Tobias Tiago Pinto Vieira (SF78), Rodrigo Cesar Henriques Teixeira e Alda Maria Silva de Souza (SF9), Carlos Eduardo Silva e Francisco de Assis Gonzaga da Silva (DO1), Jorge Martins Borges (DO2), Gisleno Martins Castro (DO3), Hernani Ciro Santana (DO4), Thalles Judson de Oliveira Castilho e Nádia de Oliveira Rocha (DO5), Genilson Tadeu da Silva e Senisi de Almeida Rocha (DO6), Sylvio Luiz Andreozzi e Celismar da Costa Melo (PN2), Elaine Aparecida Santos Oliveira e Maurício Marques Scalon (PN3), Marcelo Rossi Vicente (PA1), Arthur Sérgio Mouço Valente e Wilson Guilherme Acácio (PS1), Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira e Adilson Ramos de Souza (PJ1), Wellington Gonçalves Valente e Antônio Marcos Pereira (MU1), Luiz Antônio Garcia (SM1), Cléa Amorim de Araújo (JQ2), Luiz Cláudio Pena Ferreira (JQ3). **Convidados e participantes:** Abdelmecir Neif Neto, Juliano Barnosa Cunha (ALMG), João Ricardo Rosier (CBH Paranaíba), Rosalves Sudário (prefácio comunicação), Gustavo Gastão (Aris),

Dirceu de Oliveira Coelho (ARPA), Isabela Lobo (prefacio comunicação), Tito Torres (deputado), Vanilda D. S. Moreira (IGAM), Thayse de Castro (Furnas/GD3), Admélia Alves dos Santos (CBH São Matheus), Rhúbia Fernandes (Pref. Frei Gaspar), Armstron R. Luiz (Pref. Frei Gaspar), Fabiana M. de Moura F. Campos (IGAM), Jennifer Rodrigues de Oliveira (CREA), Maria da Glória Braz (CREA), Robson R. dos Santos (IGAM), Thiago Figueiredo Santana (IGAM), Luiz Carlos de Araújo (NACAB), deputada Leninha (ALEMG), Flávio Camelo (ABHA), Fabio B. (CBH Paranaíba), Cristiane Turlon (ABHA), Jeanne Sabrina Maia (IGAM), Maria de Lourdes Amaral Nascimento (IGAM), Antônio Gonçalves (Água Santa), Marcelo Fonseca (IGAM), Conceição Damião Vieira (prefeitura), Anizio Alves Vieira (São Francisco), Henrique Lobo (CBH Doce), Wilma Alves Gomes (SEMAD), Gustavo Fernandes (IGAM), Wandeia dos Reis Gomes (SINDAGUA), Fernando Santos Tomaz (Dept Bella.), Maria Luísa Lelis Moreira (Dept Bella.), Fernanda Brescia (Dept Bella.), Bella Gonçalves (deputada), Rogério Brito Morais (FAEMG). **Item 4 - Apresentação da pauta.** A pauta foi apresentada a todos os participantes e não houve nenhuma manifestação de inversão de pauta ou retirada de pauta. **Item 5 e Item 6. Apreciação e votação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária (14/11/2024) Apreciação e votação da Ata da 3ª Reunião Extraordinária (13/01/2025).** As Atas haviam sido encaminhadas por e-mail para todos, alguns conselheiros pediram correção. As correções foram feitas, e no momento da reunião nenhuma consideração foi feita. Após as apresentações as Atas foram aprovadas conjuntamente em bloco pelo plenário do FMCBH. **Item 7. Informes, comunicação da Coordenação.** Foram apresentados informes importantes, como a criação de uma sede física do Fórum Mineiro em Governador Valadares, que funcionará como ponto de apoio institucional. Também se comunicou que ainda há duas vagas em aberto na coordenação colegiada, e representantes foram orientados a providenciar suas indicações de acordo com as normas regimentais. Houve tentativas espontâneas de preenchimento, mas foi esclarecido que apenas presidentes titulares de comitês podem assumir essas posições. **Item 8. Apresentação e posse do novo Colegiado Coordenador do FMCBH.** Os novos membros da coordenação colegiada foram oficialmente apresentados. Na abertura da reunião, os participantes expressaram gratidão pela presença dos comitês e destacaram o esforço coletivo em prol da gestão das águas em Minas Gerais. O tom foi de união, com falas emocionadas que reforçaram a importância de trabalhar acima de interesses partidários, focando no bem comum. Parlamentares que apoiam a causa foram elogiados por sua postura ética e comprometida, e houve um agradecimento especial aos representantes dos comitês interestaduais e aos técnicos envolvidos na condução das ações. Em seguida, o coordenador geral eleito, **Luiz Antônio Garcia (CBH São Mateus - SM1)**, assumiu oficialmente a liderança do FMCBH. Em sua fala, visivelmente emocionado, ele compartilhou palavras de gratidão, ressaltando que Minas Gerais, como “caixa d’água do Brasil”, carrega uma enorme responsabilidade na preservação dos recursos hídricos. Ele apontou três pilares para o trabalho da nova coordenação: a integração e cooperação entre os comitês, a busca por soluções sustentáveis e inovadoras, e a garantia de uma gestão participativa e democrática. Na ocasião, também foi feito um momento especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Luís leu uma mensagem afetuosa, reconhecendo a força, inteligência e sensibilidade das mulheres presentes, e reforçando seu compromisso com a equidade e valorização feminina na gestão das águas. **Elaine Aparecida Santos Oliveira (CBH Baixo Paranaíba - PN3)**, falou sobre sua longa trajetória no sistema de gestão hídrica, enfatizando a relevância da presença dos municípios nesse processo. Ela anunciou, inclusive, o lançamento de um programa voltado para a água e sustentabilidade em sua região, envolvendo 21 municípios. **Hideraldo Buch (CBH Baixo Rio Grande - GD8)**, com experiência em coordenações anteriores, trouxe palavras de incentivo e reforçou a necessidade de suporte técnico e articulação entre os comitês para garantir o bom andamento dos trabalhos. **9. Diálogo com IGAM e SEMAD. Tiago Santana (IGAM)**, apresentou um panorama detalhado sobre a cobrança pelo uso da água em Minas Gerais. Ele revelou que, em 2023, foram gerados R\$ 158 milhões em cobranças, mas com uma inadimplência preocupante de 32%. A apresentação destacou os diferentes perfis de inadimplência nas bacias hidrográficas e propôs estratégias segmentadas para lidar com o problema - seja por abordagem individualizada ou setorial, dependendo do perfil dos usuários. Bacias com grandes usuários adimplentes, como a do Paraopeba, foram citadas como exemplo positivo, enquanto outras, com forte uso agrícola, enfrentam maiores desafios. A reunião, que teve continuidade com emoção e reconhecimento, seguiu com pragmatismo, apontando os desafios e caminhos para fortalecer a governança das águas em Minas Gerais. Nas discussões sobre a inadimplência na cobrança pelo uso dos recursos hídricos, especialmente em bacias que estão no segundo ano de cobrança. Foi apontado que a inadimplência chega a 30%, com destaque para casos extremos como o de Viraguai, com mais de 10 anos de cobrança em aberto. O debate foi interrompido momentaneamente para que a secretária Marília pudesse fazer suas considerações. **Marília de Carvalho (Secretária de Estado de Meio Ambiente)** iniciou sua fala destacando o papel fundamental dos fóruns de comitês de bacia hidrográfica na gestão dos recursos hídricos.

Ressaltou a importância da participação ativa dos comitês na implementação de políticas públicas e atualizou os presentes sobre avanços legislativos, como o novo decreto do Fundo de Recursos Hídricos (FIDRO) de Minas Gerais. Ela trouxe uma boa notícia: a aprovação de um programa de conversão de multas ambientais, que já conta com uma arrecadação significativa e será revertido em projetos estruturantes nas bacias, como saneamento rural e restauração florestal. Ela também mencionou o Plano de Segurança Hídrica, que será implantado com recursos provenientes da conversão de multas, e destacou que o plano já vem com um portfólio de projetos prontos para execução. Marília compartilhou conquistas tecnológicas, como o desenvolvimento do sistema Mira, que permite o monitoramento em tempo real dos dados de vazão e qualidade da água, essenciais para a tomada de decisões em contextos de conflito. Outra pauta importante foi a necessidade de discutir a regionalização das vazões de referência (Q7,10) para garantir uma gestão mais equitativa, considerando as realidades específicas de cada região. Marília defendeu a importância de avançar na gestão da demanda hídrica, e não apenas na oferta, com o uso mais eficiente da água, principalmente na agropecuária. A fala da secretária também abordou os desafios na realização da conferência estadual de meio ambiente, especialmente a dificuldade de organização e participação online. Ela reconheceu os erros, agradeceu os esforços dos envolvidos e se comprometeu a levar as críticas e sugestões à coordenação para melhorias nos próximos eventos. Representantes dos comitês trouxeram diversas contribuições. Houve críticas à forma como a conferência estadual foi conduzida, com relatos de aparelhamento político e falhas no sistema de votação. Também se destacou a importância de revisar critérios de outorga e aumentar a transparência e a participação popular nas decisões. Foi discutida ainda a urgência de destravar recursos do FIDRO que estão parados há anos, com apelos para que os valores arrecadados sejam efetivamente aplicados em melhorias nos territórios das bacias. Também se mencionou a importância de combater ocupações irregulares e o crescimento urbano desordenado, que afetam diretamente os recursos hídricos, e de apoiar os municípios em suas políticas ambientais. Outro ponto forte foi o reconhecimento da evolução no uso eficiente da água na agricultura irrigada. Um representante explicou que, graças à modernização das técnicas, hoje se consegue triplicar a área irrigada com o mesmo volume de água utilizado há dez anos. Na sequência, **Tiago Santana (IGAM)** retomou sua apresentação sobre inadimplência. Ele detalhou o cenário da bacia do Paranaíba, com mais de 9 mil usuários cobrados e inadimplência de 35%. Ressaltou que a agropecuária representa quase 50% dos valores arrecadados, e que, apesar da dispersão dos usuários e dos valores relativamente baixos, isso gera um grande volume de inadimplência. Para lidar com isso, está sendo firmada uma cooperação técnica com agências de bacia para permitir uma abordagem mais direta e eficaz junto aos usuários. Foi anunciada a elaboração de uma minuta de deliberação normativa que permitirá a suspensão da outorga em caso de inadimplência — uma medida já adotada por estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Tiago também informou que o sistema estadual de gestão das bacias será modernizado para facilitar o processo de cobrança, comunicação com os usuários, e a transparência dos dados. Um novo sistema permitirá ao usuário visualizar sua cobrança, validar o cálculo, parcelar débitos e contestar valores, promovendo maior vínculo e responsabilidade com o uso da água. Ao final, reforçou-se a importância da atuação conjunta entre comitês, agências e usuários, com o compromisso de seguir fortalecendo a política de recursos hídricos no estado. A reunião se concentrou em debater os desafios da cobrança pelo uso da água e os mecanismos para enfrentar a inadimplência crescente nos comitês de bacia hidrográfica. O início da conversa foi marcado por críticas ao comportamento dos usuários inadimplentes, com comparações a outras obrigações civis, como o pagamento de impostos ou multas de trânsito, para ilustrar a necessidade de responsabilização também na gestão dos recursos hídricos. Um ponto central discutido foi a nova deliberação normativa que está sendo proposta, a qual estabelece penalidades para usuários inadimplentes, como a impossibilidade de renovar, retificar ou transferir outorgas. A intenção é tornar a inadimplência um impeditivo real à continuidade do uso dos recursos hídricos. Representantes de prefeituras trouxeram preocupações práticas, como a dificuldade em pagar boletos parcelados — o sistema atual exige pagamento em várias parcelas, o que complica o empenho financeiro para os entes públicos. Foi sugerida a opção de pagamento em parcela única, o que gerou discussões sobre a necessidade de o usuário interagir com o sistema para ter acesso a essa opção. Houve entusiasmo ao se mencionar a implementação de um novo sistema eletrônico de cobrança, substituindo as antigas planilhas de Excel. Esse sistema permitirá que os usuários visualizem a cobrança, validem ou contestem os valores, e até mesmo solicitem parcelamentos de forma automatizada. Para os técnicos, esse avanço representa um salto de qualidade e transparência no processo de gestão e cobrança, além de fortalecer a comunicação prévia com os usuários antes da efetiva cobrança. Outros participantes destacaram a dificuldade de comitês recém-implantados, como os das bacias do Pardo, Mosquito e Jequitinhonha, que enfrentam alta inadimplência já no início da cobrança e não têm estrutura suficiente para lidar com a gestão. Foi feito um apelo para a aceleração da criação de agências de

bacia nessas regiões, além de se sugerir o uso de recursos do FIDRO (Fundo de Recursos Hídricos) e outros programas estaduais para estruturar essas entidades. Houve uma crítica ao modelo atual de distribuição de recursos, que considera apenas o valor arrecadado pela cobrança. Foi defendido que o apoio às bacias deve considerar também a necessidade e vulnerabilidade regional, de forma inversamente proporcional à arrecadação. Essa mudança de ótica visa tornar as agências de bacia entidades proativas, capazes de buscar recursos externos (como BNDES e fundos internacionais) e estruturar projetos técnicos robustos com apoio político dos comitês. Foi reforçado que os comitês estaduais, em sua maioria com baixa arrecadação, não podem seguir o mesmo modelo dos comitês da União, que arrecadam cifras muito superiores. A sustentabilidade do sistema exige criatividade e articulação. Na sequência, discutiu-se a efetividade da fiscalização, ou melhor, a falta dela. Representantes afirmaram nunca terem visto fiscais em campo, o que compromete a equidade do sistema — quem paga, vê outros utilizando a água sem regularização e sem penalização. Técnicos explicaram que existe, sim, um plano anual de fiscalização, feito com base em critérios técnicos e denúncias, mas que há limitações operacionais, inclusive para a verificação de suspensões de outorga. Para isso, inclusive, a presença policial pode ser necessária em alguns casos. Por fim, foi abordada a questão jurídica da cobrança. Esclareceu-se que, após a inadimplência e o esgotamento das etapas administrativas, os valores devidos podem ser inscritos em dívida ativa e cobrados judicialmente. Embora o nome do usuário inadimplente não possa ser divulgado diretamente, a suspensão de outorga será publicada, o que, na prática, expõe a situação à sociedade. A reunião foi encerrada com agradecimentos, reconhecimento do trabalho técnico do IGAM e sinalização de continuidade das pautas pendentes nas próximas sessões. **10. A importância da regulação dos serviços de água e esgoto – ARIS-MG.** A ARIS – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento fez uma apresentação das atividades desenvolvidas na sua região de atuação. Demonstrou que a atuação da Agência para os municípios que tem empresa de saneamento municipal é fundamental para o bom atendimento do serviço de saneamento dos municípios assim como regular os valores a serem cobrados pela empresa. **11. Apresentação das atividades de 2024 da Comissão Parlamentar de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia de Minas. – ALMG.** Para a apresentação das atividades da comissão de meio ambiente da ALMG participou deste momento a deputada **Bella Gonçalves (deputada ALMG)** que atua juntamente à comissão. Demonstrou total abertura da comissão de meio ambiente para criar soluções junto ao estado de Minas Gerais. Destacou a importância de um colegiado como o FMCBH na construção de soluções para o estado. Alguns membros do fórum fizeram perguntas para a deputada, outros membros deram seu apoio às atividades da deputada junto a ALMG destacando o papel importante que a comissão de meio ambiente tem para com a evolução de legislação ambiental mineira. A Deputada Bella reiterou que as portas de seu gabinete estão abertas para o fórum, e ao final não menos importante os representantes do agradeceram a deputada Bella na criação da lei que regulamenta o Fhidro e dá outros encaminhamentos (Lei nº 24.673/2024). **12. Avanço da recuperação no aspecto socioambiental na Bacia do Paraopeba após o rompimento de Brumadinho - Altino Rodrigues CBH SF4.** A reunião foi marcada por fortes manifestações sobre os impactos do rompimento da barragem em Brumadinho e os desdobramentos socioambientais sentidos na bacia do rio Paraopeba. Logo no início, representantes da sociedade civil expressaram as angústias e incertezas vividas pelas populações atingidas, especialmente no que diz respeito à qualidade da água e à possibilidade de consumo seguro de peixes, leite e outros alimentos. Apesar de haver monitoramento constante e dados oficiais que indicam poucas violações, a falta de confiança da população ainda é um grande obstáculo à retomada da normalidade. Foi mencionada a existência de ações pontuais de reparação, como fornecimento de filtros e água mineral, mas com alcance limitado. Comunidades inteiras seguem temerosas, especialmente quanto à segurança da água subterrânea. Um dos participantes destacou a persistência de relatos de mutações em peixes, que estariam ocorrendo com maior frequência desde o desastre, mas que ainda carecem de estudos conclusivos sobre causa e efeito. Outro ponto discutido foi a ausência de ações efetivas no restante da bacia, para além das áreas diretamente atingidas em Brumadinho, a chamada "zona quente". Foi feita uma crítica contundente à concentração dos investimentos reparatórios em áreas específicas, enquanto outras regiões impactadas continuam sem assistência. Participantes defenderam uma distribuição mais equitativa dos recursos do acordo de reparação e maior atenção a municípios como Retiro Baixo e suas comunidades, como Ribeiro Manso, que enfrentam altos índices de adoecimento. Foram lembradas as dificuldades vividas pelas populações do rio Doce após o desastre em Mariana, fazendo um paralelo com o que acontece no Paraopeba. Reclamou-se da ausência de assessorias técnicas independentes no processo de acompanhamento da reparação, algo que havia sido conquistado anteriormente, mas que agora está sendo retirado. Também foi abordado o problema da infraestrutura abandonada, como pontes destruídas durante o rompimento e nunca reconstruídas, forçando comunidades a percorrer grandes distâncias. A frustração com promessas não

cumpridas foi evidente, especialmente diante do uso dos recursos reparatórios em obras fora das áreas atingidas. Houve um forte apelo para que os comitês de bacia se mobilizem politicamente e cobrem ações mais justas, com foco real na recuperação socioambiental. Foi sugerida a criação de um grupo de trabalho específico para monitorar o estado das barragens em Minas Gerais, com base em relatórios periódicos e laudos de estabilidade, buscando prevenir novas tragédias. Representantes de diversos comitês também expressaram preocupação com outras estruturas de risco, como as pilhas de rejeitos e barragens em estado crítico na região de Paracatu. Um participante relatou que, todo início de período chuvoso, é preciso solicitar documentos e esclarecimentos às empresas responsáveis, uma tarefa que poderia ser institucionalizada por meio dos fóruns de comitês. A reunião também abordou o andamento da revisão da Resolução CONAMA 420, que trata da qualidade do solo. Um representante da sociedade civil alertou para o risco de a nova versão da norma abrir brechas para legalizar áreas contaminadas, ao invés de protegê-las, especialmente em casos de contaminação de aquíferos e solos por metais pesados oriundos de desastres ambientais. Por fim, as falas foram encerradas com agradecimentos e o reconhecimento da importância dos debates. Houve apelo para que os encaminhamentos não fiquem apenas no campo das ideias, mas resultem em ações concretas, com foco em justiça social, reparação integral e prevenção de novas tragédias.

**Item 15 – Abertura e Verificação do quórum. Aos quatorze dias do mês de Março de 2025, às 08h00, reuniram-se presencialmente no auditório do CREA-MG.** Estiveram presentes na reunião os seguintes conselheiros do FMCBH e participantes: Carlos Frederico Loiola (GD3), Stella Souza Guida (GD4), Renato de Oliveira Aguiar (GD5), José Edilberto da Silva Resende (GD6), Ronaldo Nunes da Silva e Tânia Cristina Teles (GD7), Hideraldo Buch e Marco Túlio Machado Borges Prata (GD8), Débora Emília da Silva (SF1), Altino Rodrigues Neto (SF4), Poliana Aparecida Valgas de Carvalho (SF5), José Valter Alves e Laila Tupinambá Mota (SF6), Rodrigo Cesar Henriques Teixeira e Alda Maria Silva de Souza (SF9), Carlos Eduardo Silva (DO1), Jorge Martins Borges (DO2), Gisleno Martins Castro (DO3), Hernani Ciro Santana (DO4), Thalles Judson de Oliveira Castilho e Nádia de Oliveira Rocha (DO5), Genilson Tadeu da Silva e Senisi de Almeida Rocha (DO6), Sylvio Luiz Andreozzi e Celismar da Costa Melo (PN2), Elaine Aparecida Santos Oliveira e Maurício Marques Scalon (PN3), Marcelo Rossi Vicente (PA1), Arthur Sérgio Mouço Valente e Wilson Guilherme Acácio (PS1), Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira e Adilson Ramos de Souza (PJ1), Wellington Gonçalves Valente (MU1), Luiz Antônio Garcia (SM1), Cléa Amorim de Araújo (JQ2), Luiz Cláudio Pena Ferreira (JQ3).

**Convidados:** Rhúbia Lazer Fernandes (Pref. Frei Gaspar), Adnélia Alves dos Santos (Pref. Frei Gaspar), João Alves (CBH Velhas), Gustavo Gastão (Aris), Dirceu de Oliveira Coelho (ARPA), Fabiana M. de Moura F. Campos (IGAM), Maria da Glória Braz (CREA), Henrique Lobo (CBH Doce), Conceição Damião Vieira (São Francisco) Thayse de Castro (Furnas/GD3), Maria de Lourdes Amaral Nascimento (IGAM), Tito (CBH Paraopeba), Rogério Brito Morais (FAEMG), Jeanne Sabrina Maia (IGAM), Robson R. dos Santos (IGAM), Eloá Oliveira (IGAM). A reunião foi marcada por um extenso e profundo debate jurídico e político sobre a representatividade nos comitês de bacia hidrográfica em Minas Gerais, com foco nos critérios de habilitação e composição dos segmentos representativos, especialmente no setor de usuários e poder público municipal.

**Item 16. Deliberação Normativa CERH-MG no 78, de 24 de março de 2023 e suas consequências - Professor Sylvio.** O professor Sylvio, um dos principais palestrantes, trouxe uma série de questionamentos críticos sobre a fragilidade conceitual e jurídica da definição de “usuário de recursos hídricos” adotada nos comitês. Ele observou que muitas categorias que não possuem outorga – como turismo, lazer e pesca – são, mesmo assim, consideradas usuárias, mas não há clareza sobre como elas devem se habilitar formalmente para participar dos colegiados. Esse vazio normativo gera insegurança jurídica e pode comprometer a legitimidade da composição dos comitês. Um ponto central da fala foi a crítica à falta de critérios objetivos e proporcionais na alocação de vagas para os diversos setores. O palestrante mencionou que, com a retirada do princípio da proporcionalidade das deliberações normativas, os critérios passaram a ser subjetivos e abertos a disputas políticas dentro dos comitês. Essa mudança, segundo ele, pode levar à concentração de poder por determinados setores e à exclusão de outros, enfraquecendo o caráter democrático da gestão participativa das águas. Outro tópico crítico foi a permissão para que associações de municípios ocupem cadeiras no segmento do poder público municipal. Sylvio questionou a legitimidade de associações com CNPJs próprios, que, ao representar vários municípios, podem acabar acumulando mais de uma representação no colegiado. Isso geraria um cenário de dupla representação, onde um município estaria presente tanto diretamente quanto por meio de uma associação, em detrimento de outros que ficam de fora. Ele defendeu que esse tipo de caso deve ser cuidadosamente reavaliado, sob risco de deslegitimar o processo eleitoral dos comitês. O debate se intensificou com a manifestação de outros participantes, como **Gilberto e José**, que expressaram preocupação com o aparelhamento político dos comitês, especialmente por ONGs e associações que não atuam diretamente na bacia, mas conseguem

habilitação formal para representar a sociedade civil. Eles pediram mais rigor na comprovação da atuação regional das entidades inscritas, propondo inclusive a criação de critérios de territorialidade e relevância de atuação para fins de habilitação. **Maria de Lourdes (IGAM)** respondeu pontualmente às críticas, explicando que os processos eleitorais seguem a legislação vigente e que o edital eleitoral é elaborado com base nas normas já consolidadas. Ela reforçou que todas as inscrições são avaliadas por uma comissão eleitoral independente, e que o IGAM apenas coordena o processo técnico e logístico, sem interferência nas decisões de habilitação. Apesar disso, vários participantes concordaram com a necessidade de revisar e atualizar as normativas. Foi proposta a criação de um grupo de trabalho com representantes de diferentes setores e comitês, sob liderança do professor Silvio, para elaborar uma minuta de proposta que trate de forma específica da representação nos colegiados, com foco em critérios objetivos, justiça participativa e equilíbrio entre os segmentos. Ao final, mesmo diante de divergências, prevaleceu o entendimento de que o processo eleitoral e a composição dos comitês precisam de aperfeiçoamentos. O fórum se comprometeu a encaminhar as preocupações levantadas ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos para análise e deliberação futura, buscando garantir maior equidade, transparência e legitimidade no sistema de gestão das águas em Minas Gerais. **Item 18. Apresentação e votação da Decisão nº 04/2025 da representação no FNCBH.** A reunião foi marcada por uma intensa e detalhada discussão técnica e jurídica sobre o texto da resolução que rege o funcionamento e a composição dos colegiados dos comitês de bacia. O grupo revisou, artigo por artigo, os dispositivos relacionados à justificativa de ausência e cancelamento de representação, focando na clareza dos processos e nas instâncias responsáveis por análise e decisão. Logo no início, levantou-se a necessidade de corrigir ambiguidades nos textos dos artigos, especialmente quanto à distinção entre o papel da coordenação executiva e da instância colegiada. Foi apontado que o texto original confundia os papéis, atribuindo a mesma responsabilidade a ambas. A solução debatida foi tornar mais explícita a hierarquia: a coordenação executiva analisa a justificativa, e caso ela seja indeferida, cabe recurso à instância colegiada. Durante o debate, alguns participantes destacaram redundâncias nos dispositivos, como o trecho que menciona que a ausência implica apresentação de justificativa, seguido de uma repetição dessa mesma ideia. Propuseram reestruturação do texto para torná-lo mais objetivo, com uma linguagem mais precisa. Houve também um esforço para padronizar termos e corrigir problemas gramaticais, como a substituição de “implica” por “implicará”, e a ordenação dos parágrafos para refletir melhor a sequência lógica do processo. Outro ponto importante foi o encaminhamento do processo de substituição de representantes. A discussão girou em torno da necessidade de definir com clareza em que momento e sob quais condições esse processo é iniciado: após o indeferimento da justificativa? Após o julgamento do recurso? O grupo buscou um consenso para garantir segurança jurídica e evitar lacunas que pudessem gerar conflitos. Um dos participantes, que atua também no Fórum Nacional de Comitês de Bacia, trouxe um esclarecimento relevante: para ser representante no fórum nacional, não é necessário ser membro da coordenação executiva de um comitê, basta ser membro do colegiado. Foi proposto então incluir esse ponto no regimento interno, garantindo que qualquer membro do comitê estadual possa se candidatar à representação no fórum nacional. A ideia foi bem acolhida e recebeu apoio dos presentes. Mesmo com alguns momentos de confusão ou sobreposição de falas, a reunião foi conduzida com foco e cooperação, avançando na revisão do documento até seus artigos finais. No encerramento, apesar do cansaço evidente, os participantes concordaram em retornar à pauta após o intervalo, com o objetivo de concluir a votação e homologação da nova redação da resolução. A reunião se desenvolveu em torno da revisão do regimento interno e da estrutura normativa dos comitês de bacia hidrográfica, com foco especial na tramitação de justificativas de ausência, cancelamento de representações e os procedimentos recursais. O debate iniciou com a tentativa de ajustar a redação de artigos e parágrafos que tratam da ausência de representantes nas reuniões. Os participantes buscaram construir um texto mais claro e coerente, ajustando a sequência dos procedimentos: a justificativa seria apresentada à coordenação executiva, que decidiria por sua aceitação ou não. Em caso de indeferimento, seria garantido direito de recurso à instância colegiada. Essa hierarquia de análise gerou divergências quanto à redação ideal, mas o grupo trabalhou colaborativamente para alcançar um consenso. Durante a revisão, identificaram-se trechos redundantes e expressões ambíguas, especialmente no uso de termos como “implica” e “implicará”. Também se discutiu se o início de um novo processo de substituição deveria ocorrer automaticamente após o indeferimento da justificativa ou apenas após esgotadas as possibilidades de recurso. A busca foi por uma estrutura lógica que desse segurança jurídica e fluidez processual. Em meio à revisão textual, os participantes se revezaram em contribuições orais e escritas, reordenando parágrafos, sugerindo fusões de artigos, e ajustando o vocabulário técnico. Em vários momentos, houve confusão sobre a ordem correta das etapas e sobre a forma de registro das decisões, mas o grupo avançou com foco e cooperação. **Item 19. Eleição dos representantes dos CBH's de Minas Gerais para o FNCBH.** Outro tema relevante foi o esclarecimento

sobre a representação no Fórum Nacional de Comitês de Bacia. Um dos membros, que também atua como coordenador nacional, esclareceu que qualquer membro de um comitê estadual pode se candidatar à representação no fórum nacional, independentemente de ocupar cargos na coordenação executiva. Esse ponto gerou a sugestão de inserir um artigo específico no regimento interno, garantindo a facultatividade da candidatura a todos os membros regularmente empossados, fortalecendo a democracia interna e a inclusão. Nos momentos finais, alguns participantes expressaram cansaço, pedindo pausa para o almoço antes da votação definitiva dos artigos restantes. Ainda assim, ficou decidido que os últimos pontos seriam ajustados após o retorno da pausa, com o compromisso de encaminhar à plenária final um texto consolidado e aprovado coletivamente. A reunião refletiu o esforço coletivo por um regimento mais claro, justo e participativo, e reforçou a importância do diálogo técnico e político para o fortalecimento da governança das águas em Minas Gerais. A discussão teve como principal definição de critérios e procedimentos para a escolha dos representantes de Minas Gerais no Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), abordando minuciosamente o texto da decisão normativa que rege esse processo. Desde o início, os participantes se debruçaram sobre a estruturação dos artigos e parágrafos do documento. Foi discutido, por exemplo, o momento exato em que se inicia o mandato do representante, com divergências sobre se deveria contar a partir da indicação ou da aprovação pela plenária. O grupo buscou esclarecer esse ponto, reforçando que o mandato começa oficialmente após a decisão formal do Fórum Mineiro. No artigo que trata da forma de candidatura, estabeleceu-se que uma das vagas deverá ser ocupada por alguém que já participou do colegiado coordenador do FNCBH, enquanto a outra será reservada a uma pessoa que nunca tenha participado. Em caso de empate entre candidatos, a escolha recairá sobre o mais jovem. Também foi definido que os candidatos deverão assinar um termo de compromisso elaborado pela coordenação do Fórum Mineiro, e os eleitos deverão, obrigatoriamente, apresentar relatórios de atividades após cada reunião nacional. O grupo também abordou os critérios de elegibilidade e substituição. Foi acordado que, caso um representante mineiro seja eleito para cargos da coordenação nacional (como secretário, assessor jurídico etc.), ele será automaticamente substituído na reunião seguinte do Fórum Mineiro, para evitar acúmulo de funções e garantir pluralidade. Um dos pontos que gerou debate acalorado foi a necessidade ou não de o candidato à representação nacional ser previamente presidente ou suplente de presidência do comitê estadual. Parte dos presentes defendeu que qualquer conselheiro poderia se candidatar, desde que o comitê de origem ratificasse oficialmente a indicação. A exigência de uma autorização formal foi mantida, como forma de garantir respaldo institucional à candidatura. Além disso, diversos participantes apresentaram emendas e contribuições ao texto, principalmente em relação aos “considerados” iniciais. Alguns defenderam a exclusão desses trechos, por considerarem que já não refletiam a realidade atual, especialmente no que diz respeito à “inérita” participação de Minas na coordenação nacional — condição que havia mudado desde o último ciclo. Também foi incluído um novo considerando que valoriza o aprendizado coletivo e a contribuição dos representantes mineiros para o fortalecimento da política de recursos hídricos no estado e no país. Durante os debates, houve momentos de desorganização e sobreposição de falas, mas a coordenação conseguiu retomar o foco. Discutiu-se, por fim, o procedimento para substituição em caso de ausência não justificada e se a plenária ou apenas a coordenação colegiada deveria julgar essas justificativas - optando-se por simplificar esse processo, limitando-o à análise da coordenação, para não sobrecarregar o plenário. O encerramento da reunião foi marcado por uma série de ajustes finais na redação, com destaque para o uso correto dos termos “plenária”, “pleno” e “coordenação geral”. Os participantes também destacaram a importância de garantir representatividade e equilíbrio na escolha dos nomes, reforçando a relevância da atuação mineira no cenário nacional da gestão hídrica. **Item 20. Aprovação final do calendário das reuniões.** O calendário foi apresentado e aprovado pelos membros presentes. **Item 21. Encaminhamentos e Moções.** Criação de um grupo de trabalho jurídico-normativo para propor revisão dos critérios de composição e habilitação nos comitês. Encaminhamento da minuta de deliberação normativa sobre inadimplência para consulta e posterior votação. Aprovação da nova redação do regimento interno com ajustes finais, incluindo termo de compromisso, estrutura de relatórios e critérios para participação no colegiado coordenador do Fórum Nacional. **Item 22. Falas dos comitês. Item 23. Assuntos Gerais. Item 24. Encerramento.** A reunião foi encerrada com agradecimentos aos participantes e à equipe técnica do IGAM, com reconhecimento do alto nível do debate e do compromisso com o aprimoramento contínuo da governança hídrica em Minas Gerais.



Documento assinado eletronicamente por **Tobias Tiago Pinto Vieira, Secretário (a) Executivo(a)**, em 09/06/2025, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antônio Garcia, Coordenador(a) Geral**, em 10/06/2025, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **113879468** e o código CRC **70C9E867**.

---

**Referência:** Processo nº 2240.01.0003582/2025-97

SEI nº 113879468